



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Com o título “Galiza e Norte pedem a Lisboa que valorize caminhos de Santiago” o jornal Público inclui na sua edição de 23 de abril uma notícia na qual se dá conta de que:

- «O secretário-geral do Eixo Atlântico, a associação de 38 municípios do Norte de Portugal e Galiza, acusa o Ministério da Cultura português de não dar a importância devida ao Caminho de Santiago e pede ao primeiro-ministro, António Costa, que tome as rédeas deste dossier, sob pena, alerta, de se desperdiçar a oportunidade do próximo Jacobeu, que se assinala em 2021, e para o qual a Galiza vai fazer um esforço de promoção mundial»;

- «Depois de ter lido, na semana passada, declarações da vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN) a admitir que em Portugal “há um problema de coordenação, de falta de um interlocutor” para a questão dos caminhos de Santiago”, Xoán Mao explica que o Eixo está há um ano à espera de uma resposta do Ministério da Cultura a um pedido de reunião sobre o tema, e acusa o atual titular da pasta, Luís Filipe Castro Mendes, de não se interessar por este “tesouro”».

O Público questionou também o Ministério da Cultura, tendo obtido como resposta que a tutela «tem desenvolvido, em coordenação com o Ministério da Economia, através da Secretaria de Estado do Turismo, um amplo e significativo trabalho com o objetivo de responder à necessidade de uma política integrada e de âmbito nacional para os Caminhos de Santiago, assente numa proposta legislativa sobre a matéria», e que esta necessidade se tornou «mais premente face à constatação, nomeadamente, da inexistência de instrumentos legais que permitam uma normalização ou harmonização das diversas iniciativas que envolvem os Caminhos de Santiago».

Ainda no âmbito de respostas enviadas ao Público, «questionado sobre o trabalho de elaboração de quadro legal para os Caminhos em Portugal, Mao pergunta por que razão o Eixo

Atlântico não foi envolvido, ainda mais quando esta organização pagou, e ofereceu ao Estado português, estudos sobre a viabilidade da classificação deste bem cultural e turístico», e considera «estranho que se prepare legislação sobre os caminhos sem consultar as câmaras por onde eles passam».

A notícia refere ainda que «o Eixo Atlântico já elaborou estudos sobre os traçados do caminho em Portugal (não se ficando, sequer, pelos territórios dos municípios que representa) e sobre a viabilidade de uma candidatura destes a Património Cultural da Humanidade. Neste último, a conclusão a que chegaram é que o caminho português (nas suas variantes da Costa, Central e do Interior), deveria ser integrado na classificação já atribuída ao Caminho Francês, em Espanha, seguindo aquilo que a UNESCO tem vindo a fazer com patrimónios comuns a espaços geográficos distintos».

O Público revela ainda vários investimentos feitos por autarquias portuguesas, «quase todos suportados, em parte, por fundos comunitários, para melhorar as condições, a sinalização e a informação online sobre os percursos do caminho que atravessam seus territórios». Entre estes incluem-se Viana do Castelo, Valença, Cerveira, Caminha, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Matosinhos, Maia e Porto (Caminho Português da Costa), a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (Caminho de Torres, parte do Caminho do Interior) e um consórcio de 15 parceiros luso-espanhóis liderado por Badajoz, onde se inclui a Câmara de Barcelos (Caminho Central).

O Caminho Português de Santiago tem início assinalado na Igreja de Santiago e da Sé de Lisboa até à praça do Obradoiro em Santiago de Compostela, num total de cerca de 625 km.

No entanto, a quase ausência de Albergues de Peregrinos Municipais no percurso entre Lisboa e Porto, como acontece nos Caminhos Francês e Espanhol, leva a que a maioria dos peregrinos comece o caminho no Porto, em Valença do Minho ou mesmo em Tuí (Espanha).

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Cultura, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Que resposta dá V. Exa. às afirmações do secretário-geral do Eixo Atlântico e da vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte de que o Ministério da Cultura não tem dado a devida importância aos Caminhos de Santiago localizados em Portugal?

2- Confirma V. Exa. que o Eixo Atlântico «está há um ano à espera de uma resposta do Ministério da Cultura a um pedido de reunião sobre o tema»?

3- Confirma V. Exa. que o Eixo Atlântico pagou, e ofereceu ao Estado português, estudos sobre a viabilidade da classificação dos Caminhos de Santiago?

4- Não considera V. Exa. urgente dar resposta aos pedidos de reunião do Eixo Atlântico, tanto mais que se aproxima o Jacobeu de 2021?

5- Tem V. Exa. conhecimento dos vários investimentos que têm sido promovidos por várias autarquias do norte do país nos respetivos percursos do caminho português?

6- Se sim, e tal como o Gabinete de V. Exa. terá dito ao Público o Ministério da Cultura, em coordenação com o Ministério da Economia, têm vindo a desenvolver trabalho no sentido de definir uma política para os Caminhos de Santiago, porque que é que no desenvolvimento deste trabalho nem o Eixo Atlântico nem as autarquias interessadas foram envolvidos ou consultados?

7- Exatamente que trabalho tem vindo a ser desenvolvido pelos dois Ministérios e com que resultados, até à data?

8- Que entidades foram consultadas no âmbito deste projeto?

9- Considera V. Exa. viável a candidatura do Caminho Português, nas suas variantes da Costa, Central e do Interior, a Património Cultural da Humanidade?

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2018

Deputado(a)s

VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)